Bolsas
Na terça-feira
0,34% São Paulo
0,27% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
138.422 — 140.109
15/5 16/5 19/5 20/5

Dólar
Na terça-feira
R$ 5.669
(+ 0,25%)

Últimos	
14/maio	5,632
15/maio	5,678
16/maio	5,669
19/maio	5,655

Salário mínimo
R$ 1.518

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 6.394

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,67%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2024	0,52
Janeiro/2025	0,16
Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43

ESCÂNDALO DO INSS

Carros apreendidos para ressarcir idosos

Operação Sem desconto resgatou cinco carros de luxo, possivelmente adquiridos com dinheiro desviado de beneficiários do INSS

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A Polícia Federal cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão contra Antonio Carlos Antunes, o homem conhecido como "Careca do INSS". A ação, que é mais uma fase da Operação Sem Desconto, consistiu na apreensão de cinco carros de luxo que, segundo a PF, pertenciam a Antônio Carlos.

Apreendidos em Brasília, os veículos de modelos BMW Competition, um Land Rover, um BMW M135i, um Porsche 911 e um Porsche Panamera foram avaliados pela PF em quase R$ 3,3 milhões e entram para a lista de bens a serem leiloados para ressarcir os aposentados e pensionistas pelo montante desviado em um esquema, em que o "Careca do INSS" é apontado como principal articulador. Ele é um dos suspeitos por operar os desvios de aposentadorias e pensões do INSS.

A PF já havia apreendidos bens avaliados em cerca de R$ 40 milhões. Ao anunciar a operação, no dia 23 de abril, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que os fraudadores haviam arrecadado "muitos bens e dinheiro em espécie" e que o valores correspondentes seriam utilizados "para fazer frente" aos prováveis pedidos de devolução.

O esquema investigado envolve descontos não autorizados de recursos de aposentados e pensionistas, que somam mais de R$ 6 bilhões. Segundo a PF, há indícios de que Antunes arrecadou aproximadamente R$ 1,3 bilhão entre 2021 e 2025.

Essa arrecadação teria ocorrido por meio de repasses de entidades para empresas ligadas a ele. O mandado judicial foi autorizado pela 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

A senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves (Republicanos-DF) comentou ter procurado a Polícia Federal, na quinta-feira, para denunciar que Antônio Carlos seria o proprietário de cinco veículos de luxo. Em entrevista ao **Correio**, a parlamentar explicou ter recebido essa informação por meio de outras pessoas.

Policia Federal/Divulgação

Agentes da Polícia Federal apreenderam, em uma garagem do Setor Comercial Sul, os carros de luxo pertencentes ao Careca do INSS

> **Tenham certeza, vai ter CPMI, sim. Vamos apurar tudo, com muita transparência. Quem desviou dos pobres aposentados vai pagar"**
>
> ***Damares Alves,*** *senadora*

"Recebi uma denúncia de dentro do condomínio onde funcionam os escritórios. As pessoas estavam estranhando a movimentação desses carros nas últimas semanas. Disseram que pertenciam a esse Careca do INSS, e que ele teria salas num prédio ao lado. A partir daí, fui até a garagem e constatei que realmente estavam lá. Tiramos foto e aí levei a denúncia até a PF", contou a parlamentar.

Perspectiva da CPMI

Após acompanhar, pela imprensa, a operação da Polícia Federal que apreendeu os veículos de luxo, a senadora Damares demonstrou otimismo em relação à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a fraude no INSS. "A imprensa noticia que o próprio governo, que quer a todo custo evitar a CPMI, vê como inevitável. Mas tenham certeza, vai ter CPMI, sim. Vamos apurar tudo, com muita transparência. Quem desviou dos pobres aposentados vai pagar", considerou Damares Alves.

Suspensão de repasses

Paralela às discussões sobre uma CPMI do INSS, a Câmara aprovou, na noite de ontem, a urgência para a tramitação do projeto de lei que proíbe descontos automáticos referentes a mensalidades de associações e outras entidades de aposentados e pensionistas.

O texto, de autoria do deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), ainda não conta com um relator definido. No entanto, o PL será "juntado" a outras 53 propostas que tratam do mesmo tema.

A urgência na análise do projeto permitirá agilidade na tramitação do texto. Isso porque, em regime de urgência, o PL seguirá diretamente ao plenário, sem precisar passar por comissões temáticas. Segundo o presidente da Casa, Hugo Motta, o mérito do projeto será analisado apenas na próxima semana, pois o projeto de lei sobre o reajuste de servidores do Executivo (PL 1466/25) tranca a pauta.

Durante a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ressaltou a necessidade de agilidade na apreciação do projeto.

"O projeto não pode aguardar um tempo muito longo para ser votado no plenário", afirmou. Ele acrescentou que irá cobrar para que o texto seja apresentado rapidamente aos líderes da Casa: "Vamos cobrar que, no período mais curto, este texto seja apresentado à Casa, ao colégio de líderes".

AGU quer evitar CPMI

» VICTOR CORREIA

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, disse ontem que se preocupa com o impacto da abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o esquema criminoso envolvendo descontos no INSS. Para ele, a atuação do colegiado pode atrapalhar o processo de ressarcimento dos valores aos aposentados vítimas dos descontos ilegais. Em entrevista, Messias defendeu que a AGU busca responsabilizar todas as entidades, dirigentes e servidores públicos envolvidos na fraude bilionária, e que o governo devolverá "cada centavo" desviado. O chefe da AGU também comentou que o governo busca combater golpes na internet envolvendo a devolução de valores do INSS, mas que há um "volume assustador" de links fraudulentos em circulação.

"A CPMI é um direito de todo parlamentar e do Congresso Nacional. Eu só quero dizer para a sociedade brasileira que nunca um governo investigou tanto como este. Nós estamos nesse momento com investigações na Controladoria-Geral da União (CGU), no INSS e na Polícia Federal", respondeu Messias ao ser questionado pelo **Correio** durante o programa *Bom Dia, Ministro*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A abertura do colegiado é dada como certa por parlamentares da oposição e da base, e o requerimento já foi protocolado com 259 assinaturas, mais do que o necessário para que a CPMI seja instaurada. O Executivo, porém, é contra a Comissão. O Planalto argumenta que a investigação parlamentar pode atrapalhar o inquérito em andamento. "Eu me preocupo se uma CPMI neste momento não pode atrapalhar esse processo de devolução dos recursos para os aposentados e pensionistas", enfatizou Messias.

GRIPE AVIÁRIA

Brasil e China discutem flexibilização

» RAFAELA GONÇALVES

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) pediu que a Administração-Geral de Alfândegas da China (GACC, na sigla em inglês) reduza a restrição às exportações de carne de frango do Brasil por conta do foco de gripe aviária. Em um documento encaminhado ao órgão, responsável pela fiscalização e regulação do comércio internacional do país, o governo brasileiro apresentou as medidas para contenção e controle do vírus.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, confirmou que está negociando medidas para a flexibilização. O pedido é para que a China reduza as restrições sobre produtos avícolas brasileiros para um raio de 10 km do foco onde foi detectado o caso de gripe aviária, um matrizeiro de aves em Montenegro (RS).

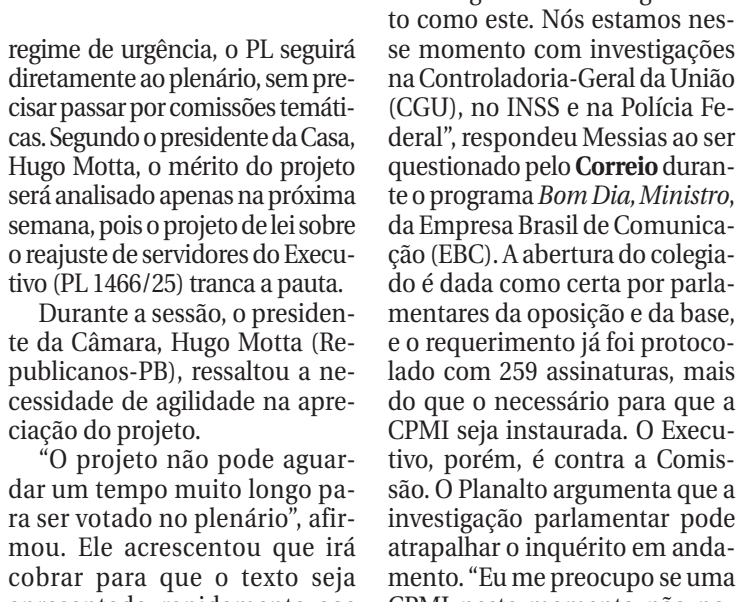
"Não deu tempo de ficar pronto o protocolo de regionalização com a China, que também já estamos em tratativas à regionalização", disse Fávaro a parlamentares em reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Segundo ele, o Brasil pode retomar o status de livre de gripe aviária se não houver novos casos da doença em 28 dias. Esse é o prazo para o encerramento do foco da doença.

Em consequência do surto, 17 países suspenderam temporariamente as exportações de carne de frango oriundas do Brasil, maior exportador mundial do produto. A China é a principal compradora do frango brasileiro, respondendo sozinha por 10,5% das importações em 2024, quando recebeu 562 mil toneladas. De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que representa o setor, o país não deve aceitar as cargas que já estavam em navios, a caminho do destino.

O primeiro foco confirmado em uma granja comercial brasileira ocorreu na semana passada, em Montenegro, na região metropolitana de Porto Alegre (RS). O Mapa passou a investigar, ontem, um novo caso suspeito em uma criação de subsistência no município de Eldorado dos Carajás, no Pará.

Diversas suspeitas já foram descartadas nos últimos dias. Dos casos ainda em investigação, duas suspeitas envolvem granjas comerciais, uma em Aguiarnópolis (TO) e outra em Ipumirim (SC), e outras duas são de criações de subsistência: uma em Salitre (CE) e outra em Estância Velha (RS).

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nos últimos dias, diversas suspeitas da doença foram descartadas